

Mandado de Segurança do trem da alegria não existe

29 JAN 1985

A Subsecretaria de Registro e Informações Processuais do Tribunal Federal de Recursos, informou ontem, que até à hora do encerramento de seus trabalhos, que neste período de recesso vai até às 18 horas, não havia registrado e nem dado entrada no TFR, nenhum mandado de segurança, com relação à decisão do Senado Federal, que nomeou 1554 pessoas para a Gráfica do Senado.

A imprensa noticiou no sábado passado, que o mandado de segurança contra a liminar concedida pelo Juiz Jacy Garcia Vieira, seria encaminhado ontem ao Tribunal Federal de Recursos, para manter os atos do senador Moacir Dalla.

A reação à decisão provisória da Justiça Federal está sendo patrocinada por cerca de 300 funcionários nomeados para a Gráfica do Senado Federal e que

se consideram prejudicados. Segundo o advogado dos funcionários nomeados, Eri Varella, o ato em que ele se baseia para contestar a liminar do Juiz Jacy Garcia, está calcado no artigo 153 da Constituição Federal.

Alega o advogado que este artigo, que não permite a suspensão do direito adquirido, é que o levou a patrocinar a causa, destacando que o Juiz Jacy Garcia, extrapolou os limites legais e por isso quer a revogação da liminar, através de um despacho favorável do seu mandado de segurança.

O advogado Pedro Calmon, alega que o mandado de segurança que o advogado Eri Varella pretende netrar não pode ser aplicado, lembrando a Súmula 267 do Supremo Tribunal Federal que assegura que "não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição".